

Crenças disfuncionais em Autores de Violência Sexual privados de liberdade

Olga Adoracion Leiva Cabelho de Santana¹, Rosângela Kátia Sanches Mozzarana Ribeiro, Thiago Marques de Brito
Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Cuiabá-MT, Brasil

RESUMO

O presente estudo empírico, mediado por videoconferência, buscou investigar e comparar crenças disfuncionais em Autores de Violência Sexual Infantil (AVS) privados de liberdade através do instrumento *Personality Belief Questionnaire-Short Form* (PBQ-SF), versão brasileira, com amostras de AVS Intrafamiliar (Média de 41,5 anos, $DP=8,3$; $N=30$) e Extra-familiar (Média de 43 anos, $DP=10,4$; $N=11$). As principais crenças identificadas em AVS Intrafamiliar: *Eu não posso falhar*, *O outro é mau* e *Eu prefiro ficar sozinho*. Em AVS Extrafamiliar: *Eu não posso falhar*, *Eu não suportar sentimentos desagradáveis* e *Eu sou frágil e incapaz*, que convergem para alguns padrões comportamentais encontrados nessa população. Análise estatística comparativa do teste U de Mann-Whitney ($p \leq 0,05$) não apontou diferenças estatisticamente significativas para crenças investigadas. Sugere-se estudos de validação de instrumentos de outros idiomas para a realidade brasileira e construção de instrumentos brasileiros que avaliem crenças disfuncionais.

Palavras-chave: abuso sexual infantil; agressor sexual; distorções cognitivas.

ABSTRACT – Dysfunctional beliefs in perpetrators of sexual violence deprived of their liberty

This empirical study, conducted via videoconference, investigated and compared dysfunctional beliefs in Perpetrators of Child Sexual Violence (PCS) deprived of liberty, using the Brazilian version of the Personality Belief Questionnaire-Short Form (PBQ-SF). The sample comprised Intrafamilial PCS (mean age 41.5 years, $SD=8.3$, $n=30$) and Extrafamilial PCS (mean age 43 years, $SD=10.4$, $n=11$). The main beliefs identified among Intrafamily PCS were: I can't fail, the other person is bad, and I prefer to be alone. In Extrafamilial PCS: I cannot fail, I cannot stand unpleasant feelings, and I am fragile and incapable. These findings converge with some of the behavioral patterns documented in this population. Comparative statistical analysis using the Mann-Whitney U test ($p \leq .05$) did not reveal statistically significant differences between the groups regarding the beliefs investigated. Future studies using quantitative methodologies are recommended to further explore dysfunctional beliefs, validate instruments adapted from other languages to the Brazilian context, and develop Brazilian instruments for this field of research.

Keywords: child sexual abuse; sex offender; cognitive distortions.

RESUMEN – Creencias disfuncionales en autores de violencia sexual privados de libertad

Este estudio empírico, mediado por videoconferencia, buscó investigar y comparar creencias disfuncionales en perpetradores de Violencia Sexual Infantil (VSI) privados de libertad, utilizando el Cuestionario de Creencias de Personalidad-Forma Breve (PBQ-SF) en su versión brasileña, con muestras de VSI Intrafamiliar (edad media 41,5 años, $DS=8,3$, $N=30$) y Extrafamiliar (edad media 43 años, $DS=10,4$, $N=11$). Las principales creencias identificadas en el VSI intrafamiliar: *No puedo fallar*, *Los demás son malos* y *Prefiero estar solo*. En el VSI extrafamiliar se identificaron: *No puedo fallar*, *No soporto los sentimientos desagradables* y *Soy frágil e incapaz*, que coinciden con algunos de los patrones conductuales encontrados en esta población. El análisis estadístico comparativo de la prueba U de Mann Whitney ($p \leq 0,05$) no indicó diferencias estadísticamente significativas en las creencias investigadas. Se sugieren nuevos estudios de validación de instrumentos de otros idiomas para la realidad brasileña, así como la construcción de instrumentos brasileños que evalúen creencias disfuncionales.

Palabras clave: abuso sexual infantil; agresor sexual; distorsiones cognitivas.

A Violência Sexual (VS) é uma problemática que vem sendo amplamente debatida em diferentes países, ante a preocupação social por seus efeitos e impactos ao desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, considerando o aparecimento de psicopatologias graves, que causam prejuízos à evolução psicológica, social e afetiva das vítimas (Rovinski & Pelisoli, 2019; Rehan et al., 2019).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) define a VS contra crianças como ações que incluem contato sexual não consensual, de forma efetiva ou tentada; atos não consensuais de natureza sexual que não necessariamente envolvem contato (como *voyeurismo* ou assédio sexual); tráfico sexual contra alguém incapaz de recusar ou consentir e exploração on-line.

¹ Endereço para correspondência: Programa de Pós-graduação em psicologia (PPGpsi – UFMT). Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367, Boa Esperança, 78060-900, Cuiabá, MT. E-mail: ppgpsi.ie@ufmt.br; olgasantana@sejus.mt.gov.br
Artigo derivado da Dissertação de mestrado "Crenças disfuncionais e pensamentos distorcidos em autores de violência sexual" de Olga A. Leiva Cabelho de Santana com orientação de Rosângela Kátia Sanches Mozzarana Ribeiro e Thiago Marques de Brito, defendida em 2022 pelo programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso.

O presente trabalho aborda o conceito de crenças como ideias de uma pessoa a respeito de si mesma e como a pessoa acredita ser a verdade sobre si mesma, sobre o outro e sobre o mundo (Beck, 1970). De modo geral, as crenças são construídas ao longo das trajetórias de vida, notadamente na infância, podendo ser funcionais e contribuir para o desenvolvimento de aspectos saudáveis da personalidade e disfuncionais, como matriz geradora de comportamentos inapropriados, que estão na base da maioria dos transtornos de personalidade e de comportamentos disfuncionais e desadaptativos (Beck, 2007).

Observa-se que a literatura tem expandido as investigações acerca das distorções cognitivas, enquanto constructo de crenças que toleram, justificam, desculpam, minimizam, racionalizam e dão apoio ao ato da VS (Reis & Cavalcante, 2019; Reis et al., 2015).

Outros estudos, como de Vieira (2010) e Silva (2013), sinalizam para a existência de distorções cognitivas em AVS, bem como defendem que estes apresentam ideias distorcidas no modo como pensam e interpretam a si mesmo, o mundo e as relações com outras pessoas, resultando assim no comportamento sexual inapropriado e abusivo (Reis & Cavalcante, 2019; Reis et al., 2015).

O papel do pensamento e das crenças distorcidas tem sido amplamente estudado, especialmente na literatura internacional, que as apresenta como fator importante tanto na gênese, como na manutenção da VS contra crianças (Nogueira, 2020, Szumski et al., 2018). Quintino e Beluco (2016) sinalizam que a investigação de estilos de pensamento, crenças disfuncionais e distorções cognitivas em AVS torna-se cada vez mais importante para a produção de intervenções profissionais eficientes e eficazes.

Assim, o presente estudo buscou identificar as crenças disfuncionais, por meio do uso do instrumento PBQ-SF - Questionário de Crenças e Transtornos de Personalidade, e comparar possíveis crenças disfuncionais em autores de violência sexual intrafamiliares e extrafamiliares em cumprimento de pena em uma prisão brasileira. A identificação dessas crenças disfuncionais pode contribuir para processos diagnósticos, conceituação de casos, avaliação psicológica e intervenções terapêuticas (Beck & Freeman, 1993; Leite et al., 2012).

Método

Participantes

A amostra de $N=41$ ($DP=12,5$) participantes foi composta por homens de uma prisão masculina brasileira e, em razão da complexidade do tema e de os participantes estarem em condição de privação de liberdade, foi constituída por conveniência e não probabilística, por se tratar de uma população estigmatizada e ameaçada na prisão, onde muitos temem ser identificados pelo crime cometido e sofrer violências. Desse modo, como estratégia para resguardar a integridade física e o sigilo

das informações, a pesquisa contou com o apoio de uma profissional da Psicologia da instituição. Nesse contexto, foram constituídos dois grupos de AVS, um de homens que cometeram crime de estupro de vulnerável intrafamiliar ($n=30$), idade média de 41,5 anos ($DP=8,3$), ensino fundamental incompleto, e outro de AVS que cometeram crime de estupro contra vulnerável extrafamiliar ($n=11$), idade média de 43 anos ($DP=10,4$), ensino médio incompleto.

Instrumentos

Durante a pesquisa foram utilizados um questionário socioeconômico, de acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2019) para classificação econômica, e uma entrevista estruturada elaborada pela primeira autora para levantamento de informações pessoais.

O **Personality Belief Questionnaire - Short Form (PBQ-SF)**, versão brasileira, principal instrumento desta pesquisa, foi utilizado de forma inédita em população prisional. O instrumento foi elaborado por Butler et al. (2007), traduzido e adaptado em versão para o português brasileiro por Savoia et al. (2006) e testado em estudos psicométricos por Leite et al. (2012). Os resultados do estudo psicométrico apresentaram níveis satisfatórios para as estimativas de confiabilidade (alpha de Cronbach) das escalas do PBQ-SF: paranóide (0,84), esquizóide/esquizotípica (0,68), antissocial (0,73), borderline (0,75), histriônica (0,78), narcisista (0,72), esquiva (0,64), dependente (0,71), obsessivo-compulsiva (0,80) e passivo-agressiva (0,68), apontando para uma significativa associação entre as crenças de cada uma das escalas. Trata-se de um instrumento de uso clínico e para pesquisa, mas neste estudo o uso do questionário foi utilizado com o objetivo de investigar as crenças disfuncionais em AVS (intrafamiliar e extrafamiliar) e como estas crenças poderiam estar relacionadas à prática de VSI. No Brasil, há um déficit de instrumentos validados para avaliação do constructo investigado, especialmente com população carcerária.

Procedimentos

O presente estudo é parte de uma pesquisa de mestrado, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais sob o CAAE n.º 40980720.70000.5541. Primeiramente, a autora realizou a seleção dos possíveis participantes, por meio da análise dos processos e um minucioso rastreamento no Sistema de Gestão Penitenciária (banco de dados de uso restrito), autorizado pela instituição por meio do Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD).

Os AVS em cumprimento de pena identificados pelo levantamento inicial foram convidados a participar da pesquisa por intermédio da psicóloga da instituição,

profissional considerada confiável pelos reclusos em razão da preservação do sigilo das informações. O papel desta foi conduzir os participantes identificados pelo levantamento prévio até a sala de videoconferência para apresentar a pesquisadora, que já se encontrava online, e aguardar o consentimento por meio da assinatura do CLE, recolhendo a via da pesquisadora. A permanência da profissional na sala de videoconferência se dava até o momento da assinatura do CLE ou da recusa à participação da pesquisa. Aqueles que atendiam aos critérios de inclusão permaneciam na sala e a psicóloga se retirava. Em razão do agravamento da pandemia da COVID-19 e das regras de distanciamento, utilizou-se o recurso da videoconferência (não gravada) através da plataforma do *Google Meet*, para acessar os participantes, que já se familiarizavam com o instrumento por utilizarem nos contatos com familiares e audiências do sistema de justiça.

A coleta de dados aconteceu em um único encontro, em uma das salas de videoconferências da instituição, com bons equipamentos de áudio e vídeo, internet estável e de bom alcance, espaço climatizado e de forma previamente agendada, durando em torno de uma hora e meia. Os cuidados éticos com a pesquisa buscaram proteger a identificação pessoal, preservando os direitos ao sigilo e à confidencialidade das informações.

Análise de dados

Os dados foram organizados, sistematizados, tabulados em planilha Excel e analisados com a utilização do recurso do software IBM SPSS Statistics versão 25.0. Foram realizadas análises estatísticas descritivas e inferenciais de comparação entre grupos (Teste U de Mann-Whitney), que adotou $p \leq 0,05$ como índice de significância.

Resultados

De acordo com os dados levantados pelo questionário da CCEB (ABEP, 2019), os participantes apresentaram predominantemente nível socioeconômico baixo e, quanto à profissão, se caracterizaram como trabalhadores do setor secundário e terciário, com tempo médio de cumprimento de pena entre um e seis anos. No que tange ao nível de escolarização dos AVS, identificaram-se pessoas do Ensino Fundamental a Médio incompleto majoritariamente. Tais características, na realidade, estão muito próximas do perfil da população carcerária brasileira, relativas a classes sociais de menor poder aquisitivo, baixa permanência na escola, atuantes em subempregos, geralmente pessoas negras (Penso et al., 2016), em que pese essa pesquisa não ter abordado a questão de raça/etnia.

Quanto à estrutura familiar desses participantes, observou-se que 53,33% ($n=16$) dos AVS que cometeram violência intrafamiliar se declararam sem a companheira na prisão e 46,67% ($n=14$) relataram manter-se com suas

companheiras mesmo após a prisão. Quanto aos AVS extrafamiliares, 54,54% relataram não possuírem mais vínculos com as ex-companheiras e 45,45% informaram estar casados. O impacto da família durante o cumprimento de pena reflete no apoio emocional recebido pelos AVS durante a prisão. As vítimas nesse estudo foram predominantemente meninas, na faixa etária entre seis e 11 anos. Nesse sentido, consoante Penso et al. (2016), as vítimas são geralmente meninas na faixa dos 11 anos de idade e com algum nível de proximidade com o AVS (enteada, filha, sobrinha, vizinha, entre outros).

Além da oferta de um espaço adequado, seguro e sigiloso para a realização da pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a amostra, a fim de garantir que os participantes pudessem apresentar condições favoráveis para a compreensão dos instrumentos utilizados na pesquisa. Como critérios de inclusão para os grupos: homens que consentiram em participar do estudo, na faixa etária entre 18 e 60 anos, alfabetizados, em boas condições físicas e mentais e que cumpriam pena pela prática do crime do Art. 217-A do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei n. 2.848, 1940), com vítima criança de zero a 12 anos, do núcleo familiar do participante (para os AVS intrafamiliares) e para os AVS extrafamiliares, a vítima não pertencia à família do participante. E como critério de exclusão para os grupos: AVS's que cumpriam pena por crimes relacionados a outros tipos de pessoas vulneráveis ou com crianças e adolescentes acima de 12 anos, aqueles que não consentiram ou optaram em não participar do estudo, que tinham algum tipo de condição clínica/mental (transtornos psicóticos diagnosticados) ou de saúde física que os impedia ou dificultava a participação na pesquisa, maiores de 60 anos, aqueles que estavam em condição de presos provisórios e os declaradamente analfabetos.

As crenças centrais identificadas pelo instrumento PBQ-SF e sua incidência nos grupos de AVS Intrafamiliar e Extrafamiliar foram analisadas a partir das crenças que tiveram maior frequência e índice percentual em cada grupo, ou seja, aqueles que apresentaram altos índices de pontuação na escala Likert (3 e 4) em mais de uma crença, identificadas na Figura 1.

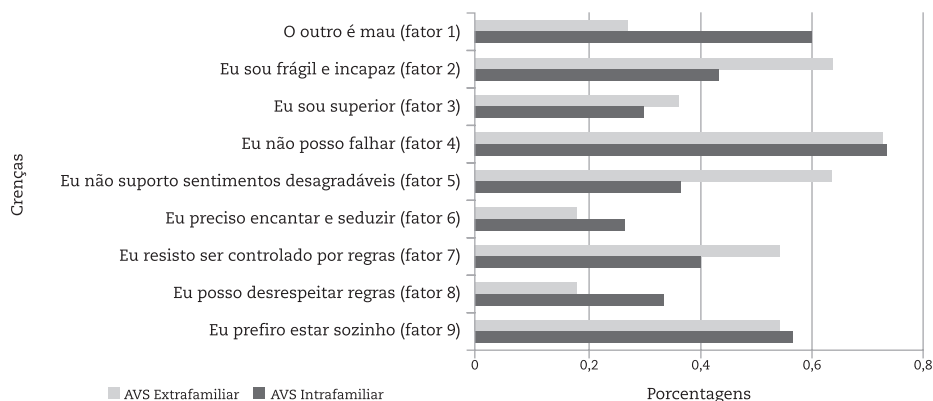
O instrumento permitiu a identificação de nove fatores representados em conjunto de crenças centrais (formadas por outras crenças, que compuseram o questionário), e que de acordo com o PBQ-SF estão na base dos comportamentos de 10 perfis cognitivos dos transtornos de personalidade, consoante o eixo II do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* [5th ed.; DSM-5; *American Psychiatric Association* [APA], 2013].

Primeiramente serão apresentadas as crenças com maior incidência em AVS intra-familiar e extra-familiar, a exemplo, das crenças de Fragilidade e Incapacidade (fator 2), que apontam para cognições do tipo *Eu sou frágil e incapaz*. Em AVS extrafamiliar incidiu em 63,63% ($n=7$) e em AVS intrafamiliar 43,33% ($n=13$).

Essa crença produz padrões comportamentais de insegurança, percepção de fragilidade, carência de ajuda, cuidados e apoio, temor da separação e do abandono (Beck et al., 2005, Leite et al., 2012). Revelam, ainda, a forma como a pessoa se vê diante do mundo, das situações e das pessoas. Essas percepções podem contribuir para explicar comportamentos socialmente disfuncionais, a

exemplo da VS contra crianças. A crença *Eu prefiro ficar sozinho* (fator 9), em AVS intrafamiliar 56,66% ($n=17$) e 54,54% ($n=6$) em AVS extrafamiliar. Esta crença evidencia conteúdos que expressam preferência em estar ou fazer atividades sozinho, e estão relacionadas a padrões comportamentais de isolamento social, desqualificação das relações sociais (Beck et al., 2005, Leite et al., 2012).

Figura 1
Crenças Centrais em AVS Intrafamiliar e Extrafamiliar



Já a crença de não suportar sentimentos desagradáveis referentes ao fator 5 – Eu não suporto sentimentos desagradáveis, em AVS extrafamiliares 63,63% ($n=7$), enquanto que em AVS intrafamiliares 36,66% ($n=11$), que se referem à hipersensibilidade em experimentar sentimentos negativos ou desagradáveis. Esses padrões comportamentais evidenciam a evitação de situações desagradáveis e incapacidade de administrar sentimentos oriundos dessas situações (Beck et al., 2005; Leite et al., 2012). A crença de que *não é permitido falhar* (fator 4) apresentou elevada incidência em ambos os grupos, no de AVS intrafamiliar 73,33% ($n=22$) e no de AVS extrafamiliar 72,72% ($n=8$). Tais crenças revelam conteúdos que se relacionam ao medo de errar, padrões comportamentais associados ao controle e preocupação com o desempenho (Beck et al., 2005; Leite et al., 2012).

E a crença de que *o outro é mau* (fator 1), que descreve como conteúdo comum perceber as pessoas como mal-intencionadas, foi mais frequente no grupo AVS intrafamiliar, 60% ($n=18$); já em AVS extrafamiliar, houve incidência de 27,27% ($n=3$). As referidas crenças, quando analisadas conjuntamente, sugerem padrões comportamentais disfuncionais e de fragilidades no que tange à forma de perceber a si mesmo, ao outro e às situações experimentadas pelas pessoas, o que é relevante na tentativa de compreender o fenômeno da VS contra criança, do ponto de vista cognitivo e comportamental.

Outras crenças com menor incidência em AVS foram encontradas, a exemplo da *crença da Superioridade* (fator 3), em AVS extrafamiliar 36,36% ($n=4$) e 30,0%

($n=9$) em AVS intrafamiliar. Esta crença se relaciona a padrões comportamentais de grandiosidade, necessidade de ser admirado e ausência de empatia (Beck et al., 2005; Leite et al., 2012). A crença de que *preciso encantar e seduzir* (fator 6) apresentou pequena incidência para os participantes em AVS intrafamiliar 26,66% ($n=8$) e AVS extrafamiliar 18,18% ($n=2$). O padrão comportamental se relaciona à busca de atenção, temor de rejeição (Beck et al., 2005; Leite et al., 2012). O intento é seduzir as pessoas para que elas se aproximem, para uma possível relação interpessoal de intimidade.

A crença da *resistência a ser controlada por regras* (fator 7) em AVS extrafamiliar 54,54% ($n=6$) e AVS intrafamiliar 40,00% ($n=12$). E a crença de que *posso desrespeitar regras* (fator 8) demonstrou menor representatividade em ambos os grupos, sendo 33,33% ($n=10$) em AVS intrafamiliar e 18,18% ($n=2$) em AVS extrafamiliar. Elas evidenciam conteúdos que tratam de uma visão negativa acerca do cumprimento de regras, se relacionam com padrões comportamentais de oposição às figuras de autoridade, bem como expressam egocentrismo, que justifica o desrespeito e violação das regras, característicos de personalidades antissociais e narcisistas (Beck et al., 2005; Leite et al., 2012). Apesar das crenças mencionadas acima não se destacarem neste estudo enquanto perfis cognitivos e comportamentais, muitas delas são encontradas em AVS, como base de outras características comportamentais.

Com o objetivo de comparar as crenças disfuncionais, foi utilizado o *software* estatístico IBM SPSS Statistics versão 25.0 para organização dos dados e o Teste

de Mann-Whitney U. O nível de significância adotado foi de $p \leq 0,05$. Para a apresentação dos resultados, a

Tabela 1 mostra a análise comparativa Mann-Whitney (U) entre grupos.

Tabela 1
Análise Comparativa das Crenças entre AVS Intra-familiar e Extra-familiar

Crenças variáveis	Grupos	N	Mann-Whitney (U) escore total de U=145,500	P
O outro é mau	Intra Extra	30 11	87,0	,021 ^b
Eu sou frágil e incapaz	Intra Extra	30 11	107,5	,091 ^b
Eu sou superior	Intra Extra	30 11	136,5	,407 ^b
Eu não posso falhar	Intra Extra	30 11	164,0	,988 ^b
Eu não suporto sentimentos desagradáveis	Intra Extra	30 11	102,5	,065 ^b
Eu preciso encantar e seduzir	Intra Extra	30 11	143,0	,532 ^b
Eu resisto ser controlado por regras	Intra Extra	30 11	105,0	,080 ^b
Eu posso desrespeitar regras	Intra Extra	30 11	130,0	,315 ^b
Eu prefiro ficar sozinho	Intra Extra	30 11	110,5	,110 ^b

Nota. n=número de participantes; p=valores com diferenças significativas ($p \leq 0,05$). ^bNão corrigido para vínculos

Mediante análise realizada com o teste Mann-Whitney, verificou-se diferença estatisticamente significativa somente na crença de que *o outro é mau* (fator 1), que apresentou diferença significativa de 0,21b entre AVS intrafamiliar ($n=18$) e extrafamiliar ($n=3$).

Discussão

Os resultados sinalizaram para a incidência de várias crenças disfuncionais nos dois grupos, uma vez que o modo de funcionamento de uma pessoa pode estar sob controle de mais de um padrão de crença central, relacionadas à sua trajetória de vida e as interpretações dadas e construídas sobre eventos e situações, sobre si mesmo diante deles (Beck & Freeman, 1993, Beck, 2007, Ciardha & Ward, 2013). Após análise e interpretação dos resultados, foi possível aglutinar as crenças em dois grandes grupos: 1. Das Crenças Disfuncionais indicadoras de fragilidades cognitivas, emocionais e relacionais e 2. Das Crenças Disfuncionais relacionadas a comportamentos transgressores de normas sociais, revelando padrões comportamentais comumente encontrados na literatura sobre AVS, consoante será abordado a seguir.

O estudo, em ambos os grupos, mostrou crenças disfuncionais indicadoras de fragilidades cognitivas, emocionais e relacionais, com maior incidência da crença "Eu

não posso falhar", em AVS intrafamiliar 73,33% ($n=22$) e AVS extrafamiliar 72,72% ($n=8$). Essa crença sugere uma origem de comportamentos disfuncionais relacionados a sistematização do comportamento de AVS, remetendo ao planejamento da situação de VS contra crianças, centrado principalmente na necessidade de controle do corpo do outro, na objetificação da criança para satisfação dos desejos sexuais e exercício da masculinidade, uma vez que ser homem está ligado a virilidade e poder sobre outras pessoas em situação de menor poder ou vulnerabilidade, quais sejam mulheres e crianças (Barbosa et al., 2022).

Rosa e Souza (2020) destacam que as crianças percebem as relações desiguais de controle e poder estabelecidas entre elas e os adultos (AVS), e geralmente a compreensão da experiência abusiva surge posteriormente ao ocorrido (às vezes muito tempo depois), em razão dos vínculos afetivos estabelecidos e a própria relação de poder existente, o que favorece a continuidade da VS (Costa, 2018).

Este mecanismo do domínio sobre o medo da criança, a sistematização do *modus operandi* da VS, é que faz com que o AVS tenha o controle da situação, para que nada falhe ou saia do planejado, que ocorre por meio do silêncio da criança, da não revelação e consequente manutenção da violência, muitas vezes, por anos. Costa (2018) e Fonseca et al. (2019) ressaltam que o agressor

exerce de alguma forma poder (controle) sobre a vítima, por meio de ameaças, chantagens ou intimidações. Por isso, a importância do grupo familiar e das redes de apoio informais e institucionais como suporte para que as vítimas consigam revelar o abuso é salutar (Coutinho & Morais, 2018).

A crença de *um mundo mau e perigoso e com pessoas mal-intencionadas* foi enfatizada em AVS Intrafamiliar 60% ($n=18$). Tal como outras crenças, crer que o outro é mau tem suas origens em experiências vividas na infância de AVS (traumáticas, negativas, abusivas) que sustentarão crenças futuras de que pessoas são mau-intencionadas e que tendem a agir com vistas a prejudicar o outro. Estudo de Lira-Cardoso et al. (2020) observou associação entre eventos traumáticos experimentados na infância e o surgimento de distorções cognitivas na vida adulta, que podem estar associadas à visão distorcida de AVS, de um mundo mau e perigoso. Se o mundo é um lugar ameaçador e mau, não se pode confiar nos adultos (Nunes, 2012).

De acordo com Santos e Mesquita (2019), na distorção cognitiva alguns AVS negam completamente ou parcialmente a violência praticada, seja por acreditarem que a criança quer relacionar-se com ele, projetando nela pensamentos e sentimentos que ele quer que ela tenha sobre ele (que a criança deseja o relacionamento íntimo, que a criança o seduz para o ato sexual), e até mesmo que seu comportamento abusivo não produz prejuízos para a criança dentro desse padrão de pensamento distorcido. Logo, a crença de que o mundo é um lugar perigoso e que as pessoas agem de forma abusiva e violenta pode ser uma forma de AVS justificarem para si mesmo a VS, ou de legitimar atos abusivos contra pessoas tão próximas, como no caso da VS no âmbito intrafamiliar. Não obstante, essas violências comumente acontecem na residência da vítima ou do ofensor (Sacramento, 2020).

Aspectos salutar e que podem explicar a visão desses homens sobre um mundo mau/perigoso e seus comportamentos sexuais são as diversas experiências abusivas vividas na infância por alguns AVS. A literatura aponta que esses homens sofreram mais violências físicas, sexuais e psicológicas do que pessoas que não apresentam esse tipo de comportamento violento (Eloir et al., 2019). Essa visão também pode estar relacionada ao fenômeno da transgeracionalidade (conjunto de processos transmitidos de uma geração a outra, que se mantém presente ao longo da história familiar, aquilo que não foi elaborado na história familiar, o indizível, o inconfessável será transmitido para a geração futura sem ser questionado; Camicia et al., 2016). Muitos sobreviventes de abuso sexual infantil frequentemente repetem o ciclo de violência contra seus próprios filhos, em que a vítima, ao se igualar com o seu agressor, torna o abuso sexual um legado passado à próxima geração, portanto, transgeracional.

Ademais, a crença da *preferência em ficar sozinho* também foi evidenciada em ambos os grupos de AVS, com incidência na maioria dos participantes, sendo 56,66% ($n=17$) em AVS intrafamiliares e 54,54% ($n=6$) em AVS extrafamiliares. Scortegagna e Amparo (2013) apontaram, em estudo com grupo de pais incestuosos, características comuns nessa população, tais como dificuldades em habilidades sociais e déficits empáticos e educacionais para com seus filhos, além de comportamentos voltados para o isolamento social. Segundo Costa (2018), Lira-Cardoso et al. (2020) e Barbosa et al. (2024), o isolamento social, afetivo e sexual, a ausência de vínculos familiares e relações conflituosas tendem a aumentar as chances de novos delitos sexuais.

A crença de *não suportar sentimentos desagradáveis* apresentou porcentagem elevada no grupo de AVS extrafamiliar, 63,63% ($n=7$). Esta crença mostra padrões comportamentais de evitação de situações/eventos, que geram desconfortos pessoais ou que requeiram do indivíduo alguma habilidade nas interações sociais. Estudo de Yoder et al. (2018) identificou que as experiências de vida adversas durante a infância de AVS podem resultar em padrões de vínculo inseguro, baixa autoestima, dificuldade em desenvolver intimidade com adultos e a presença de sentimentos de solidão, que podem resultar em interpretação equivocada da realidade.

Quanto à *crença da Fragilidade e Incapacidade*, AVS extrafamiliares apresentaram percentual de 3,63% ($n=7$), que é a forma como a pessoa se vê diante do mundo, das situações e das pessoas, e que revela sentimentos de insegurança no âmbito das relações interpessoais, associada à baixa estima (Yoder et al., 2018) e sentimentos de inutilidade, consoante Milner e Webster (2005). Já Carvalho e Nobre (2019), em estudo comparativo entre agressores sexuais infantis e agressores sexuais, os primeiros apresentaram prejuízos em suas habilidades sociais, que dificulta o estabelecimento de relações íntimas adequadas, bem como esses déficits geram frustração, os levando a procurar relações com pessoas mais jovens (Marshall, 2001), corroborando o prejuízo no âmbito das relações familiares, fundamentada por possíveis crenças de fragilidade e incapacidade pessoal.

Outras crenças identificadas com menor incidência nos grupos de AVS convergem para identificação de comportamentos disfuncionais de transgressão, das normas sociais, regras e leis. A crença *“eu sou superior”* revela sobre crenças associadas ao sentimento de superioridade do AVS em relação à criança, expresso na relação desigual e de poder estabelecida entre o adulto e a vítima da VS, em que a criança é objetificada para satisfação de desejos sexuais. O padrão comportamental oriundo da crença *“eu sou superior”* indica uma relação com a ausência de sentimentos de empatia em AVS. O déficit na empatia e as distorções cognitivas têm sido considerados fatores fortemente associados à reincidência criminal em AVS (Brown et al., 2012).

A crença “*eu preciso encantar e seduzir*” (fator 6) apresentou pequena incidência em AVS intrafamiliar 26,66% ($n=8$) e AVS extra 18,18% ($n=2$). Nascimento (2017) aponta que a relação entre abusador e vítima é, na verdade, caracterizada pela conquista de confiança da vítima, através de mecanismos de sedução e envolvimento da criança. Embora os dados desta pesquisa não sinalizem para predominância desta crença, outros estudos (Esber, 2016; Salter, 2009) evidenciaram a existência deste comportamento como um *modus operandi* comum nessa população.

A crença de “*resistência a ser controlado por regras*” (fator 7) e a crença de que “*posso desprezar regras*” (fator 8) apresentaram pequena representatividade em ambos os grupos. Em estudo de Casarin et al. (2016), com homens reclusos em uma instituição penal por estupro intra-familiar, a análise do desenho HTP (*House-Tree-Person*) identificou em AVS características de personalidade associadas à dificuldade em controlar seus impulsos corporais (de ordem sexual), levando à procura repentina por satisfação e, conseqüentemente, possível agressão, apresentando dificuldades de reger-se consoante normas e leis socialmente estabelecidas. Portanto, embora tais crenças relacionadas tenham apresentado baixos percentuais em ambos os grupos, os padrões comportamentais oriundos delas não são incomuns nessa população. Ressalta-se que a baixa porcentagem desta e de outras crenças pode ter sido enviesada em razão das limitações do uso de um instrumento de autorrelato, passível de dissimulação de respostas e de estar sob controle da desejabilidade social.

Considerações Finais

A pesquisa evidenciou crenças disfuncionais presentes em AVS intrafamiliar e extrafamiliar. Como padrões comportamentais comumente encontrados nessa população, identificou-se insegurança no âmbito das relações interpessoais e de intimidade (Yoder et al., 2018), isolamento social, afetivo e sexual (Lira-Cardoso et al., 2020), necessidade de controle do outro (Nunes, 2012) e da situação de VS, por meio do pacto de silêncio da vítima, da coação para que a criança não revele a violência praticada e esta possa se manter e ser perpetuada (Nascimento, 2017).

É salutar considerar que outros estudos possam contribuir com investigação das crenças disfuncionais nesta população, com instrumentos mais específicos que consigam mensurar tais constructos ou mesmo a tradução e validação de instrumentos já existentes na literatura internacional, tal como o *Child Molester Scale* (CMS), e com metodologias quanti-quali, com números mais expressivos de participantes. O estudo também apresentou limitações quanto ao uso de instrumento de autorrelato, em razão de estes serem considerados frágeis a eventuais

manipulações de respostas, com possível interferência da variável desejabilidade social.

Contudo, a não especificidade do PBQ-SF para a população investigada mostrou que o instrumento poderá ser útil para outros estudos com esta temática e que a metodologia utilizada, mediada por videoconferência, demonstrou-se admissível e menos aversiva, inclusive, com uso de instrumentos de autorrelato, em razão das dificuldades encontradas para realização de pesquisas de campo em prisões, por ser considerada instituições de difícil acesso presencial para autorização de pesquisas, por questões relacionadas à segurança e pelas dificuldades de aproximação com esta população, que geralmente não aceitam se identificar espontaneamente como AVS (Nogueira et al., 2020), pois temem que essa identificação seja utilizada como denúncia e possa ser usada contra eles em contexto judicial.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) pelo apoio institucional ao projeto e por acreditar na relevância das pesquisas realizadas por seus pesquisadores.

Financiamento

A presente pesquisa não recebeu nenhuma fonte de financiamento, sendo custeada com recursos dos próprios autores.

Declaração de participação da elaboração do manuscrito

Declaramos que todos os autores participaram da elaboração do manuscrito. Especificamente, a autora Olga A. L. C. Santana participou da redação inicial do estudo – conceitualização, investigação, visualização, e os autores Olga A. L. C. Santana, Rosângela Kátia Sanches Mozzarana Ribeiro e Thiago Marques de Brito participaram da análise dos dados, e os três autores participaram da redação final do trabalho – revisão e edição. Todos os autores declaram que estão de acordo com o conteúdo do manuscrito submetido à revista Avaliação Psicológica.

Disponibilidade de dados e materiais

Todos os dados e sintaxes gerados e analisados durante esta pesquisa serão tratados com total sigilo devido às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Porém, o conjunto de dados e sintaxes que apoiam as conclusões deste artigo está disponível mediante razoável solicitação ao autor principal do estudo.

Conflitos de interesses

Os autores declaram que não há conflitos de interesses.

Referências

- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). APA.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas. (2019). *Critério de Classificação Econômica do Brasil 2019*. https://abep.org/wp-content/uploads/2024/02/01_cceb_2019.pdf
- Barbosa, G. G., Tavares, A. S., Nogueira, R. N., & Costa, L. F. (2022). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Teoria implícita. *Revista Psicologia e Saúde*, 14(4), 21-34. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.v14i4.1811>
- Barbosa, G. G., Tavares, A. S., Setubal, C. B., & Costa, L. F. (2024). (Re)conhecendo a sexualidade de homens adultos que cometeram ofensa sexual. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 17(1), e55434. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202417e20377>.
- Beck, A. T. (1970). *Depression: Causes and treatment*. University of Pennsylvania Press.
- Beck, A. T., Freeman, A., & Davis, D. D. (2005). *Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade* (2ª ed.). Artmed.
- Beck, A. T., & Freeman, A. (1993). *Terapia cognitiva dos transtornos de personalidade*. Artes Médicas. [Original publicado em 1990].
- Beck, J. S. (2007). *Terapia cognitiva: Teoria e prática* [S. Costa, Trad]. Artmed. [Original publicado em 1995].
- Brown, S. J., Walker, K., Gannon, T. A., & Keown, K. (2012). Creating a psychologically comfortable position: The link between empathy and cognitions in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 19(3), 275-294. <https://doi.org/10.1080/13552600.2012.747223>
- Butler, A. C., Beck, A. T., & Cohen, L. H. (2007). The personality belief questionnaire-short form: Development and preliminary findings. *Cognitive Therapy Research*, 31(3), 357-370. <https://doi.org/10.1007/s10608-006-9041-x>
- Camicia, E. G., Silva, S. B., & Schmidt, B. (2016). Abordagem da transgeracionalidade na terapia sistêmica individual: Um estudo de caso clínico. *Pensando famílias*, 20(1), 68-82. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v20n1/v20n1a06.pdf>
- Carvalho, J., & Nobre, P. J. (2019). Five-factor model of personality and sexual aggression. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 63(5), 797-814. <https://doi.org/10.1177/0306624X13481941>
- Casarin, J. M., Botelho, E. H. L., & Ribeiro, R. K. S. M. (2016). Ofensores sexuais avaliados pelo Desenho da Figura Humana. *Avaliação Psicológica*, 15(1), 61-72. <https://doi.org/10.15689/ap.2016.1501.07>
- Ciardha, C. O., & Ward, T. (2013). Theories of cognitive distortions in sexual offending: What the current research tells us. *Trauma, Violence & Abuse*, 14(1), 5-21. <https://doi.org/10.1177/1524838012467856>
- Costa, R. N. P. (2018). *Disfunção executiva em agressores sexuais: Uma análise comparativa* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/112764/2/272902.pdf>
- Coutinho, M. M. L., & Morais, N. A. (2018). O processo de revelação do abuso sexual intrafamiliar na percepção do grupo familiar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 93-113. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v18n1/v18n1a06.pdf>
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm
- Eloir, J., Ducro, C., & Nandrino, J. L. (2019). Determining sexual offender profiles from life trajectories. *Sexual Abuse*, 32(5), 521-542. <https://doi.org/10.1177/1079063219828782>
- Esber, K. M. (2016). *As representações sociais sobre as vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes* [Tese de Doutorado, Repositório da Universidade Federal de Goiás]. BDTD UFG. <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/8e75fad4-17fb-406d-ba5a-31e60f1c47fc/content>
- Fonseca, M. C. F., Setubal, C. B., & Costa, L. F. (2019). Adulto autor de violência sexual: Estudo exploratório de avaliação de risco de reincidência. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 389-409. <https://doi.org/10.36298/gerais2019120213>
- Leite, D. T., Lopes, E. J., & Lopes, R. F. F. (2012). Características psicométricas do questionário de crenças dos transtornos de personalidade: Forma reduzida. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 14(3), 51-69. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v14n3/v14n3a04.pdf>
- Lira-Cardoso, A., Silva, G. M., Campos, T. P. S., Ciraulo, L. M., & Bezerra, C. W. A. G. (2020). Avaliação psicológica de agressores sexuais no contexto brasileiro: Instrumentos e perspectivas. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 6(1), 247-281. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v6i1.320>
- Marshall, W. (2001). Treatment of sexual offenders and their effects. In: United Nations Asia and Far East Institute for the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders, *Annual report for 2006 and resource material series no. 72* (71-81). UNAFEI. https://www.unafei.or.jp/publications/pdf/RS_No72/No72_00All.pdf
- Milner, R. J., & Webster, S. D. (2005). Identifying schemas in child molesters, rapists, and violent offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(4), 425-439. <https://doi.org/10.1177/107906320501700406>
- Nascimento, A. C. G. (2017). *Características dos abusadores sexuais* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/109659/2/236369.pdf>
- Nogueira, R. N. (2020). *Distorções cognitivas de ofensores sexuais em interação grupal e familiar* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. http://repositorio2.unb.br/jspui/bitstream/10482/39412/1/2020_RaianeNunesNogueira.pdf
- Nogueira, R. N., Costa, L. F., Passarella, C. F. T., & Setubal, C. B. (2020). Apreensão do sofrimento do adulto ofensor sexual em intervenção psicossocial: Uma etnografia. *Revista Subjetividades*, 20(1), e9713. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e9713>
- Nunes, N. S. S. (2012). *Distorções cognitivas: Comparação entre uma amostra forense e uma amostra normativa* [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6373/1/Tese%20N%20c3%a1dia%20Nunes.pdf>
- Organização Mundial da Saúde. (2018). *INSPIRE: Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças*. Núcleo de Estudos da Violência. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356por.pdf?sequence=25&isAllowed=y>
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., Setubal, C. B., & Wolff, L. S. (2016). Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. In L. F. Habigzang, L. C. A. Williams, & P. I. C. Gomide (Orgs.), *A outra face da violência: Agressores em múltiplos contextos* (pp. 67-80). Juruá.
- Quintino, J. A., & Beluco, A. R. (2016). O papel do psicólogo no acompanhamento aos agressores sexuais infantis. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, 16(3), 97-102. https://www.mastereditora.com.br/periodico/20161104_071844.pdf
- Reis, D. C., & Cavalcante, L. I. C. (2019). Avaliação de distorção cognitiva de autores de agressão sexual de criança e adolescente [AASCAS]: Revisão sistemática da literatura. *Revista da SPAGESP*, 20(2), 99-116. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v20n2/v20n2a08.pdf>
- Reis, D. C., Barros, A. A. S., & Cavalcante, L. I. C. (2015). Agressor sexual de crianças e adolescentes: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 21(2), 252-272. <https://doi.org/10.5752/P1678-9523.2015V21N2P251>

- Rehan, W., Antfolk, J., Johansson, A., & Santtila, P. (2019). Do single experiences of childhood abuse increase psychopathology symptoms in adulthood? *Journal of Interpersonal Violence, 34*(5), 1021-1038. <https://doi.org/10.1177/0886260516647004>
- Rosa, C. R., & Souza, J. F. (2020). Violência/abuso sexual contra meninos: Masculinidades e silenciamentos em debate. *Pesquisa em Foco, 25*(2), 144-167. <https://doi.org/10.18817/pef.v25i2.2480>
- Rovinski, S. L. R., & Pelisoli, C. L. (2019). *Violência sexual contra crianças e adolescentes – Testemunho e avaliação psicológica* (1ª ed.). Vektor.
- Sacramento, E. (2020). *Infância Violada: Orientações de Enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil*. https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Inf%C3%A2ncia-Violada-2020_160520150504.pdf.
- Salter, A. C. (2009). *Predadores: Pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais*. M. Books do Brasil.
- Santos, A. S. F., & Mesquita, A. C. C. (2019). O perfil do agressor sexual infantil: Uma revisão bibliográfica. *Educação, Psicologia e Interfaces, 3*(3), 85-100. <https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i2.212>
- Savoia, M. G., Vianna, A. M., Esposito, B. P., Guimarães, E. P., Gil, G., Jorge, L. A. F., Toledo, L. C., & Santos, V. C. (2006). Adaptação do questionário de crenças dos transtornos de personalidade para o português. *Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 51*(2), 43-46. <https://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/473/549>
- Silva, I. S. (2013). *Distorções cognitivas em agressores sexuais: Um estudo comparativo* [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7655/6/master_ines_sousa_silva.pdf
- Scortegagna, S. A., & Amparo, D. M. (2013). Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach. *Avaliação Psicológica, 12*(3), 411-419. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n3/v12n3a16.pdf>
- Szumski, F., Bartels, R. M., Beech, A. R., & Fisher, D. (2018). Distorted cognition related to male sexual offending: The multi-mechanism theory of cognitive distortions (MMT-CD). *Aggression and Violent Behavior, 39*, 139-151. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.02.001>
- Vieira, S. M. A. (2010). *Ofensores Sexuais: Das crenças ao estilo de pensamento* [Tese de Doutorado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/14246>
- Yoder, J., Dillard, R., & Leibowitz, G. S. (2018). Family experiences and sexual victimization histories: A comparative analysis between youth sexual and nonsexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 62*(10), 2917-2936. <https://doi.org/10.1177/0306624X17738063>

recebido em setembro de 2024
aprovado em março de 2025

Sobre os autores

Olga Adoracion Leiva Cabelho de Santana é psicóloga (UNIC), especialista em Psicologia Jurídica (CFP), mestre em Psicologia (UFMT). Atualmente é profissional de carreira do Sistema Penitenciário de Mato Grosso, professora no Curso de Psicologia da Faculdade FASIPE em Cuiabá, MT.

Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro é psicóloga (UNIC), especialista em Avaliação Psicológica (CFP), mestre em Psicologia Social da Personalidade (PUC/RS), doutora em Psicologia Médica e psiquiatria (UNIFESP) e pós-doutoranda em Psicologia Clínica (USP). É professora associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFMT).

Thiago Marques de Brito é psicólogo (UNESP), Mestre e Doutor em Ciências com ênfase em Psicobiologia (USP). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Psicologia (UFMT) e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMT.

Como citar este artigo

Santana, O. A. L. C., Ribeiro, R. K. S. M. & Brito, T. M. (2026). Crenças disfuncionais em autores de violência sexual privados de liberdade. *Avaliação Psicológica, 25*, e25583, 1-9. <http://doi.org/10.15689/ap.2026.25.e25583>